



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001572-03.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Joaquim da Costa e Silva**  
 Requerido: **Vivaldina Silva e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Joaquim da Costa e Silva propôs a presente ação contra os réus Vivaldina Silva e Rufino José da Silva requerendo a condenação destes no pagamento de indenização a título de danos morais, em valor a ser arbitrado pelo juízo.

A ré Vivaldina da Silva, em contestação de folhas 20/27, requer a improcedência do pedido, alegando: a) que são normais os desentendimentos entre irmãos, mas em momento algum do convívio familiar houve tamanha discussão; b) que no ano de 2014 a ré ajuizou ação declaratória de nulidade de negócio jurídico contra o autor, ante a irregularidade de uma doação de imóvel de família feita por seus pais ao autor; c) que desde então o autor tem ameaçado a ré de vingança e o motivo da propositura da presente ação é uma retaliação. Por fim, requer a condenação do autor por litigância de má-fé.

O réu Rufino José da Silva, em contestação de folhas 34/42, requer a improcedência do pedido, alegando: a) que apesar de residirem na mesma cidade, há muito tempo não tem contato com o autor, sendo que nunca proferiu tais ofensas, nem ao autor e nem a terceiros; b) que a pretensão indenizatória é abusiva e ilegal; c) a existência de ação de anulação de negócio jurídico perante a 5ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, em que houve a doação realizada de forma ilegal, de um imóvel de família, por parte dos pais do autor a ele e mais um irmão; d) que a propositura da presente ação seria uma forma de vingança por parte do autor, pelo ajuizamento por parte dos réus, da ação de anulação de negócio jurídico; e) que o ajuizamento da ação em curso está prejudicando as suas viagens a trabalho, tendo em vista que a seguradora das cargas não libera viagens a motoristas que possuem distribuição de processos em seu nome.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O autor não apresentou réplica.

Decisão saneadora de folhas 54/55.

Audiência de instrução e julgamento de folhas 80/81, para oitiva de testemunha arrolada pelo autor, declarando-se intempestivo o rol de testemunhas apresentado pelo corréu Rufino.

Carta Precatória de folhas 94/120, para oitiva da testemunha arrolada pelo autor.

Memoriais de folhas 124/129 pela corré Vivaldina.

O autor e o corréu Rufino não apresentaram memoriais (folhas 130).

Relatei. Decido.

Pretende o autor a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos morais, decorrentes de calúnia, injúria e difamação. Aduz que os réus vêm divulgando em larga escala aos vizinhos sua condição de soropositivo – HIV e que ele se prostitui e é uma ameaça a seus pais e a todos a sua volta, devido a sua condição, causando-lhe constrangimentos, provocando-lhe abalos psicológicos indeléveis.

Em audiência de instrução e julgamento, foi ouvida, as folhas 84, a testemunha Sandra Brandão Feliciano, arrolada pelo autor, que afirmou que conhece o autor Joaquim, porém, não conhece e nunca teve contato e sequer conversou com os réus Vivaldina e Rufino. Alegou, ainda, que apenas ouviu uma discussão em que a irmã do autor estava presente, mas não sabe informar se trata-se da corré Vivaldina. Aduz que nunca ouviu comentários na vizinhança, ouviu apenas a discussão mencionada. Não sabe informar se o corréu Rufino estava presente na discussão.

A testemunha Maria do Carmo Silva Lima, irmã das partes, ouvida na Comarca de Guararapes (folhas 109/116), alegou que a corré Vivaldina, na ocasião de seu aniversário, telefonou para ela e, dentre outros assuntos, disse-lhe que o irmão Joaquim era homossexual e transmissor de HIV e que não podia ficar dentro da casa por causa de sua



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mãe. Não soube dizer se a ré Vivaldina falou sobre isso com outras pessoas.

Portanto, pelo que se depreende dos autos, sobretudo pelos depoimentos das testemunhas Sandra que afirmou que "nunca ouviu comentários na vizinhança" e Maria do Carmo que "não soube dizer se a ré Vivaldina falou sobre isso com outras pessoas", o autor não obteve êxito em provar que os réus efetivamente deram publicidade a terceiros de sua condição de soropositivo, de que ele se prostitui e que seria uma ameaça a seus pais.

**Nesse sentido:**

0196561-76.2009.8.26.0100 RESPONSABILIDADE CIVIL – Sentença de improcedência – Insurgência do autor – Pretensão ao reconhecimento dos danos materiais e morais – Impossibilidade- Ausência de provas do alegado – Exegese do art. 373, I do NCPC – Sentença mantida - Recurso desprovido. (Relator(a): Achile Alesina; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 30/03/2016; Data de registro: 31/03/2016)

Em consequência, não tendo o autor logrado êxito em comprovar os fatos constitutivos de seu direito, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de rigor a improcedência do pedido.

Por fim, rejeito o pedido de condenação do autor por litigância de má-fé por não vislumbrar dolo processual.

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se, todavia, os benefícios da Justiça Gratuita. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

P.R.I.C.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**